



MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

PARFIP II

Reforma da Gestão das Finanças Públicas

Relatório do 1º Trimestre de 2022

GARFIP

Maio de 2022



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

(Unidade-Disciplina-Trabalho)

MINISTÉRIO DO PLANEAMENTO, FINANÇAS E ECONOMIA AZUL

**Relatório Trimestral das Reformas
(Janeiro, Fevereiro e Março)
T1-2022**

PARFIP II

Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas II

GARFIP

Gabinete de Reforma da Gestão das Finanças Públicas

São Tomé, Maio de 2022

INDICE

LISTA DE ABREVIATURAS	5
RESUMO EXECUTIVO	7
I. INTRODUÇÃO	10
II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 1º Trimestre do Ano de 2022	12
PO. B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	13
B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP	13
B.4. Formação para a implementação das reformas	13
B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II	13
PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas	14
Processo de elaboração do orçamento melhorado	14
Previsões macro-fiscais sólidas	16
QDMP Global	18
PO.2 Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita	19
<i>Modelo de gestão com base em resultados</i>	19
Melhoria da Gestão da Receita	22
<i>Auditoria Eficaz</i>	23
<i>Volume de atrasados conhecidos e controlados</i>	24
PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria	25
Modernização da Gestão da dívida pública	25
Tesouraria	27
PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas	29
Governança Reforçada das EP's	29
Governança e Monitoria das Entidades Extra-Orçamentais	30
PO.5 - Optimização da gestão do Investimento	31
Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado	31
Qualidade dos projetos de investimento melhorada	32
Sistema de M&A funcional	34
Alocação de Recursos optimizada	34
Quadro Global da APD melhorado	34
PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna	36
Melhoria do mecanismo de controlos internos	36
<i>Controle de despesas salariais eficiente</i>	37
<i>Gestão do pessoal melhorada</i>	37
Abrangência da auditoria interna alargada	38

<i>Sistema de Aquisições e Património melhorado</i>	38
<i>Sistemas de informação funcionais</i>	40
PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais	42
Melhoria da qualidade da informação produzida	42
Produção atempada de Relatórios	43
PO.8 – Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa	44
<i>Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada</i>	44
<i>Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais</i>	45
<i>Cobertura da auditoria aumentada</i>	45
III. PARFIP II – Execução do Orçamento - T1 de 2022	46
Orçamento do PARFIPP II executado em 2022	46
IV. Próximos passos:	49

LISTA DE ABREVIATURAS

AFRITAC	Centro Regional de Assistência Técnica da África Central do FMI
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CFMP	Cenário Fiscal de Médio-Prazo
CGE	Conta Geral de Estado
COSSIL	Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações
DAF	Direcção Administrativa Financeira
DCP	Direcção de Contabilidade Pública
DGA	Direcção Geral das Alfândegas
DGAP	Direcção Geral de Administração Pública
DI	Direcção de Impostos
DITEI	Direcção de Informação e Tecnologia
DO	Direcção do Orçamento
DP	Direcção de Planeamento
DPE	Direcção do Património do Estado
DT	Direcção de Tesouro
EMAE	Empresa de Água e Electricidade
ENAPORT	Empresa Nacional de Administração dos Portos
ENASA	Empresa Nacional de Aeroportos e Segurança Aérea
ERGFP	Estratégia de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
FMI	Fundo Monetário Internacional
GARFIP	Gabinete de Reforma de Gestão das Finanças Públicas
GFP	Gestão das Finanças Públicas
IGF	Inspeção Geral das Finanças
MPFEA	Ministério do Planeamento das Finanças e Economia Azul
OGE	Orçamento Geral do Estado
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PARFIP II	Plano de Acção para a Reforma das Finanças Públicas em STP II

PEFA	Despesas Publicas e Responsabilidade Financeira
PNUD	Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento
QDMP	Quadro de Despesa de Médio-Prazo
QDS	Quadro de Despesa de Médio-Prazo Sectorial
RAP	Região Autónoma do Príncipe
SAFE-e	Sistema Administração Financeira do Estado - electrónico
STP	São Tomé e Príncipe
TC	Tribunal de Contas
TdR	Termos de Referência
UE	União Europeia
UMF	Unidade Macro Fiscal

RESUMO EXECUTIVO

Contexto. O choque rápido e maciço da pandemia de coronavírus e as medidas de bloqueio total para contê-la lançou a economia mundial em uma recessão severa e São Tomé e Príncipe não foi uma excepção. Isto representou a recessão mais profunda desde a Segunda Guerra Mundial, com a maior proporção de economias a experimentar declínio do produto per capita e estes eventos negativos continuam a impactar a economia de STP, até a presente data.

O desempenho da GFP abrange a gestão financeira pública no quadro de três resultados fiscais e orçamentais do governo que são: a realização de disciplina fiscal agregada, a alocação estratégica de recursos e a prestação eficiente de serviços públicos. Após a avaliação PEFA 2021, que identificou os principais pontos fortes e fracos da GFP, foi desenvolvida uma estratégia de reformas (ERGFP) a ser implementada no período de 4 anos (2020-2023), através do Plano de Ação para a Reforma das Finanças Públicas (PARFIP II).

Implementação das Reformas GFP. As acções do Plano de Actividades do PARFIP II para o 1º trimestre, foram implementadas a ritmo razoável, mas não o desejado. Os avanços das actividades baseadas nos princípios da boa gestão do sector publico, visando a melhoria dos indicadores do PEFA, e consequentemente almejando um melhor desempenho da GFP em STP, são resumidos no quadro seguinte por programa operacional (PO):

Conforme Previsto	Atraso
1. Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados (PO.6) 2. Controles Internos reforçados (PO.6) 3. Qualidade da auditoria interna reforçada (PO.6) 4. Qualidade da auditoria externa ampliada (PO.8) 5. Escrutínio parlamentar efectivo (PO.8)	1. integração dos quadros de despesa a médio prazo e orçamento (PO.1) 2. Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais (PO.3) 3. Gestão da tesouraria reforçada (PO.3) 4. Sistema de Investimento Público aprovado (PO.5) 5. Selecção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos (PO.5) 6. Gestão, execução e monitoria do investimento (PO.5) 7. Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida (PO.7) 8. Utilização de normas internacionais (PO.7) 9. Informação financeira atempada (PO.7) 10. Seguimento das recomendações da auditoria externa reforçado (PO.8)
Atraso menor	Atraso Substancial
1. Aumento dos recursos internos; (PO.2)	1. Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada (PO.4)

2. Cobrança dos impostos e taxas melhorada (PO.2)	2. Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada (PO.4)
3. Auditoria com base no risco (PO.2)	
4. Gestão da dívida reforçada (PO.3)	

As acções planeadas estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como várias destas actividades financiadas pelos parceiros não tem impacto na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP com a sua AT iniciaram a ampliação do Piloto com a DO para ter “**Ganhos Rápidos**” em outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

Os sucessos estão relacionados com os seguintes factores:

1. Fortalecimento institucional solido para a implementação e a monitoria das reformas, com o GARFIP e os PF's;
2. Apoio da assistência técnica GFP da DUE;
3. Engajamento do Ministro PFEA, dos Directores, dos PFs e dos técnicos do Governo na área da GFP;
4. Criação e funcionamento regular e satisfatório do CD, apesar de alguns atrasos por razões técnicos;
5. Criação e funcionamento regular e satisfatório da ID, com o engajamento dos parceiros externos.

Os maiores desafios derivam de:

1. Recursos limitados do Estado para poder financiar as reformas do PARFIP II;
2. Recursos limitados dos Parceiros para poder financiar as reformas do PARFIP II prioritárias com impacto directo nos indicadores do PEFA;
3. Informação limitada sobre os financiamentos previstos para os próximos anos impedindo uma maior visibilidade a médio-prazo e a realização de planos de actividades e orçamentos pluri-anuais e anuais fiáveis;
4. Equipa do GARFIP incompleta pela falta de um/a contabilista e um/a jurista para a captação da informação financeira e a elaboração dos relatórios financeiros das reformas GFP e a elaboração das novas leis, decretos e circulares na área da GFP.

Principais Recomendações

1. Continuar com a extensão do Piloto com a DO, suportando acções de reformas inteligentes e com ganhos rápidos, para outras áreas e Direcções do Governo relacionadas com a GFP;
2. Nomear um contabilista para a equipa do GARFIP, para elaborar o plano de contas, a contabilidade e os relatórios financeiros das reformas da GFP;
3. Nomear um jurista na equipa do GARFIP, para assegurar a qualidade das novas leis, circulares, despachos, manuais na área da GFP e acompanhar todo o processo legislativo da reforma da GFP;
4. Dar início ao processo formal de revisão da Lei SAFE e da legislação atinente, com o apoio da AT ao GARFIP, a fim de assegurar a melhoria da qualidade da GFP no País, como medida pelo quadro metodológico do PEFA;
5. Apoiar a DT na análise e a emissão de recomendações sobre i) o Relatório de avaliação e estado de funcionamento das Empresas Públicas (EP's) e ii) a Proposta de revisão do quadro legal das EP's;
6. Criar, no quadro da DT, um mecanismo de acompanhamento do status de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas das EP's;
7. Utilizar a Instância de Diálogo como um instrumento estratégico para a:
 - a. harmonização dos financiamentos dos parceiros externos e a sua concentração para a obtenção de resultados que melhorarem directamente os indicadores PEFA;
 - b. captação da informação financeira sobre a utilização dos fundos por actividade-trimestre e ano;
 - c. identificação atempada dos financiamentos previstos para os anos orçamentais N+1-2-3, visando a melhoria da informação das propostas orçamentais do OGE e para a elaboração dos Planos de Actividade e Orçamentos do PARFIP II.

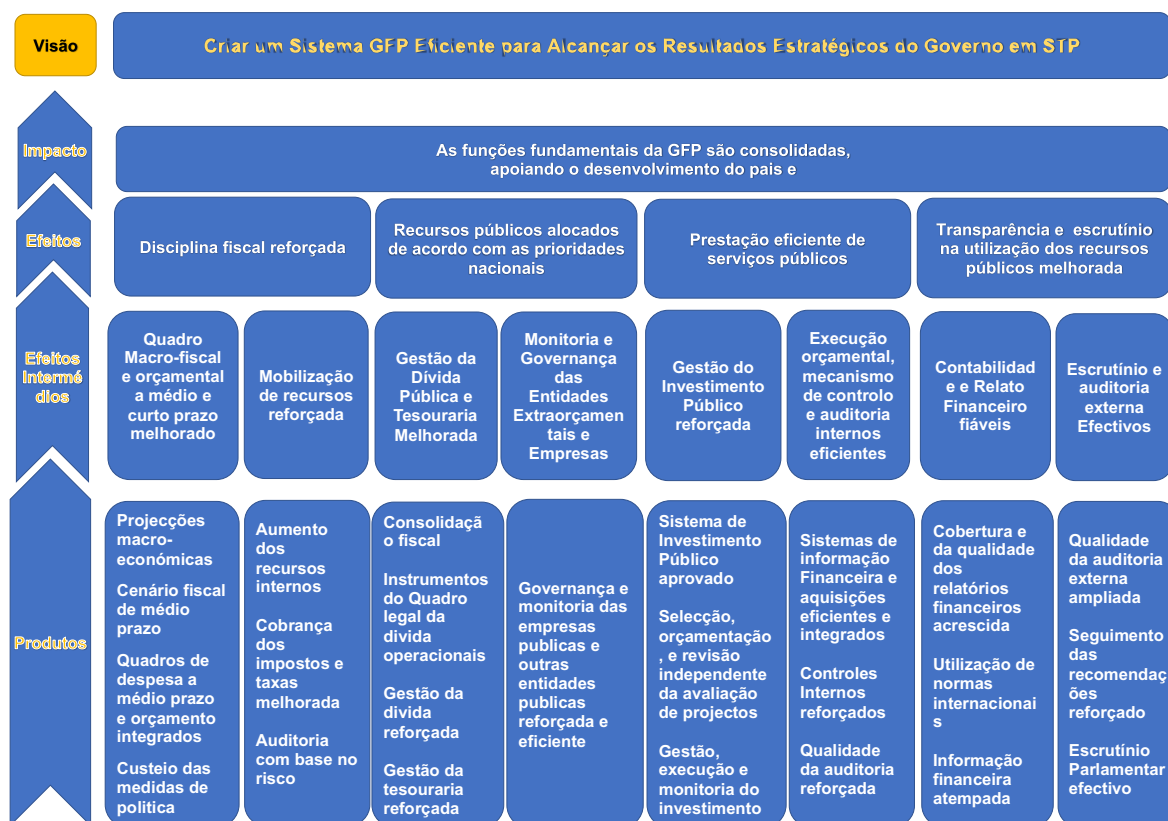
_____ //

I. INTRODUÇÃO

Informação básica sobre os programas Operacionais. A Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP) encapsula as aspirações do país no sentido de reforçar os sistemas de governação no que tange à GFP. Esta nova estratégia associada ao Plano de Acção para a Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II), introduz uma mudança de paradigma: uma abordagem baseada em resultados para corrigir as lacunas que têm dificultado atingir os três resultados potenciais da GFP, os quais sejam aprofundar e melhorar a prestação de serviços de forma eficiente e eficaz, alocar recursos às prioridades estratégicas do país e alcançar e manter a disciplina fiscal.

As actividades implementadas durante o 1º trimestre estão alinhadas com o Plano de Actividade para 2022, bem como com a visão da ERGFP e os resultados esperados do PARFIP II.

Figura 1 - Impacto e Efeitos esperados da ERGFP



Ritmo de implementação. Verificou-se no 1º trimestre, uma ligeira recuperação do ritmo de implementação das actividades do PARFIP II.

O objectivo do relatório. O presente relatório tem como objectivo apresentar as actividades do Plano de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (PARFIP II) realizadas durante o 1º trimestre do ano em curso, isto é, nos meses de Janeiro, Fevereiro e Março de 2022.

A estrutura do relatório:

O presente relatório está estruturado em **quatro capítulos**, para além de um resumo executivo: Na introdução (Capítulo I), expõe-se o enquadramento do tema, destacando a relevância da reforma da GFP; No Capítulo II descreve as **actividades realizadas no 1º trimestre do ano 2022 (T1-2022)**, no quadro da implementação dos Programas operacionais, incluindo o Programa básico de suporte (POB), conforme as respectivas componentes e medidas; O Capítulo III contém informação sobre a **execução financeira** relativa ao **T1-2022** do PARFIP II; e, por fim, no capítulo IV apresentam-se **os próximos passos**.

II. ACTIVIDADES DO PARFIP II – 1º Trimestre do Ano de 2022

As acções previstas no Plano de Actividades para o ano 2022 do PARFIP II, enquanto instrumento de implementação da Estratégia de Reforma da Gestão das Finanças Públicas (ERGFP), tiveram um ritmo de execução mais consentâneo com o previsto inicialmente, não obstante o facto do ritmo de implementação do ano de 2021, num contexto atípico devido a continuidade do choque da COVID-19, ter implicado **um deslizamento de facto do calendário** previsto no PARFIP II.

Em geral, as acções planeadas estão concentradas nas que de momento dispõem de financiamento ou assistência técnica prevista, procurando-se ter a flexibilidade de adaptar o Plano de Actividades em função da capacidade interna de realização e da disponibilização de financiamento no decurso do ano. Como várias destas actividades financiadas pelos parceiros não tem impacto na qualidade da GFP, como capturada pelo PEFA, o GARFIP com a sua AT iniciaram a ampliação do Piloto com a DO para ter “**Ganhos Rápidos**” em outras direcções e entidades envolvidas na GFP do País.

A realização e o seguimento das actividades está ancorada na estrutura organizacional prevista no PARFIP II, na qual se destaca o papel dos Pontos Focais (PF's) designados em cada Direcção do MPFEA, na Assembleia Nacional, Região Autónoma do Príncipe e no Tribunal de Contas, com apoio transversal do GARFIP. Assim, reforçou-se a inter-acção entre os PF's e o GARFIP, através da realização de um diálogo regular visando a recolha de informação, auscultação do ritmo de implementação do PARFIP II, possibilitando a re-orientação da implementação do PARFIP II.

Durante o período, com base nos encontros de trabalho com os PF's, elaborou-se o Relatório de Actividades da Reforma (RAR) para o ano 2021 e do Plano de Actividades da Reforma para 2022, a serem aprovados¹ pelo Comité de Direcção (CD) da Reforma.

¹ À data de elaboração deste relatório, estes dois documentos tinham sido aprovados na reunião do CD do dia 12 de Abril de 2022

PO. B - Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas

O programa operacional básico (PO. B) visa a promoção dos dispositivos necessários, a nível organizacional e institucional, para a operacionalização eficiente das estruturas responsáveis pela implementação do PARFIP II, de modo que estas possam responder às necessidades específicas das reformas e assegurar a implementação destas com sucesso.

Este programa é transversal e não tem produtos diretos esperados na qualidade da GFP. No entanto, o facto de criar as condições institucionais e organizacionais para a sua realização, terá efeitos indiretos consideráveis na implementação com êxito dos demais programas operacionais.

Para a consolidação da operacionalização do dispositivo institucional necessário para a implementação das reformas foram executadas as seguintes acções estruturadas nas componentes abaixo:

B.1. Formalização e operacionalização da equipa nuclear do GARFIP

B.1.3 Confirmação da equipa Nuclear de GARFIP.

A equipa nuclear de GARFIP está funcional, pese embora a necessidade de se recrutar um contabilista e um jurista para o Gabinete, o que permitirá à execução e à monitoria eficientes do PARFIP II, através de uma equipa, com habilidades complementares, que suportará a prestação de contas financeiras e das normas, leis, decretos e circulares das reformas da Gestão das Finanças Públicas (GFP).

B.4. Formação para a implementação das reformas

B.4.2 Assistência técnica para operacionalização detalhada do PARFIP e reforço da capacidade de coordenação e monitoria do PARFIP II

A equipa de Assistência Técnica (AT) continua a fazer um excelente trabalho, no sentido de orientar o GARFIP e as outras instituições implicadas na reforma, na implementação das mesmas, tendo desenvolvido, neste trimestre, uma proposta abrangente de “Ganhos Rápidos”, estendendo o piloto iniciado com a Direcção do Orçamento (DO), o que permitirá umas melhorias significativas na GFP do País.

B.5 Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II

B.5.2 Trabalhos com as entidades envolvidas nas reformas para a priorização das actividades

O trabalho com as entidades envolvidas, através dos PF's, continuou em bom ritmo, durante o período, nomeadamente no que se refere ao Plano de Actividades de 2021. Entretanto, espera-se uma maior disponibilização de informação, sobretudo dos parceiros de desenvolvimento para permitir ter acesso dos montantes disponíveis para a execução do PARFIP II.

PO.1 - Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação com base em Políticas

O programa operacional PO.1 visa definir um quadro em que existam instrumentos que suportam a melhor integração entre o Planeamento a médio-prazo e o Orçamento, a melhoria da análise quantitativa do orçamento, incluindo uma melhor previsão macro-económica e a projecção de receitas e de despesas de modo a estabelecer metas fiscais compatíveis com os objetivos de médio prazo.

Programa Operacional 1 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Quadro Macro-fiscal e orçamental a médio e curto prazo melhorado

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Quadros de despesa a médio prazo e orçamento integrados	Atraso
Produto 2	Projeções macro-económicas	conforme previsto
Produto 3	Cenário fiscal de médio prazo elaborado e funcional	conforme previsto

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Processo de elaboração do orçamento melhorado

1.1.2 Actualização da Lei SAFE para inclusão das melhores práticas (incluindo o QDMP. Orçamento Programa. orçamento anual...)

Situação actual

O processo de revisão desta lei foi iniciada com a decisão de elaborar os Termos de Referência (TdR) para a criação de uma “Comissão Multi-disciplinar” para a coordenação e execução dos trabalhos relativos à actualização da Lei SAFE.

Perspectivas

Espera-se que no 2º trimestre o GARFIP concluirá o TDR de forma dar sequência a esta actividade.

1.1.5 Articulação entre políticas, planeamento e orçamento

1.1.5.1 Formação para a elaboração do Orçamento Programático

Situação actual

Esta actividade foi incluída no plano de financiamento do projecto PRO-PALOP/TL, visando realizá-la através da troca de experiências com Portugal e Cabo Verde.

Perspectivas

Prevê-se a realização desta actividade no decurso do 2º trimestre de 2022.

1.1.5.2. Refletir os programas dos planos nacionais e sectoriais, no classificador orçamental, e incluí-los na Planificação e Orçamentação

Situação actual

Esta actividade não foi realizada.

Perspectivas

A actividade deverá ter continuidade durante o processo de preparação do Orçamento.

1.1.5.4 Definição de um roteiro para a implementação do QDMP

Situação actual

Após o envio, ao Gabinete de Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul (MPFEA), da proposta de Decreto-lei para a elaboração e avaliação do Quadro de Despesas a Médio Prazo (QDMP), aguarda-se um posicionamento do Gabinete jurídico.

Entretanto, durante o 1º trimestre elaborou-se um cronograma de trabalho para actualização e implementação dos QDMP's Sectoriais, para o período de 2023-2025, procedeu-se ao envio da circular aos ministérios sectoriais e deu-se início aos trabalhos de campo para a actualização dos QDMPs.

Perspectivas

Para próximo trimestre perspectiva-se a aprovação do quadro legal para a elaboração, implementação e avaliação do QDMP pelo Conselho de Ministros, e no 3º trimestre dispor-se-á dos QDMP sectoriais actualizados e validados, e perspectivando a sua institucionalização no processo orçamental a partir de 2023.

1.1.5.6. Analisar e actualizar a proposta da orgânica da Direção do Orçamento

Situação actual

Sem quaisquer evoluções.

Perspectivas

Aguarda-se a aprovação em Conselho de Ministros, antes do final da legislatura.

1.1.6 Definição e obrigatoriedade da submissão à AN de toda a documentação da proposta do OE conforme as boas práticas

Situação actual

Durante o trimestre, decorreram os trabalhos da UMF que permitirão a submissão à Assembleia Nacional da documentação da proposta do OGE para 2023, de acordo com as boas práticas.

Perspectivas

Durante o 2º trimestre dar-se-á continuidade aos trabalhos, nomeadamente no que se refere à elaboração do Relatório de Risco Fiscal e preparação de uma proposta de pré-orçamento.

1.1.6.1 Formação em avaliação dos impactos fiscais das medidas de políticas públicas

Situação actual

Foi submetida ao PRO-PALOP a possibilidade de financiamento desta actividade, através de troca de experiências com o Ministério das Finanças de Portugal.

Perspectivas

Espera-se que a acção possa decorrer entre os meses de Junho e Agosto de 2022.

Previsões macro-fiscais sólidas

1.2.1 Unidade macro-fiscal (UMF) Operacional

1.2.1.4 Capacitação em técnicas de previsão macro-económica, ferramentas de análise de conjuntura e programação financeira e modelização

Situação actual

No âmbito de apoio do Banco Mundial para a contratação de uma assistência técnica para o reforço da capacidade da UMF, procedeu-se à avaliação das propostas de candidaturas para a contratação de uma assistência técnica para reforço de capacidade da UMF.

Perspectivas

Prevê-se a efetivação da contratação da assistência técnica para o reforço de capacidade da UMF, financiado pelo Banco Mundial.

1.2.1.5 Elaboração do manual de Funcionamento da UMF

Situação actual

O manual de funcionamento da UMF foi incorporado na nova proposta de Despacho de organização da UMF, que se encontra no Gabinete do ministro da tutela para análise e aprovação.

Perspectivas

Perspectiva-se aprovação do Despacho que institui o Comité dos Directores pelo ministro da tutela, durante o 2º trimestre.

1.2.2 Produtos macro-fiscais

1.2.2.2 Projeções Macro-Económicas e riscos fiscais

Situação actual

No âmbito da assistência técnica do AFRITAC foi realizada, entre os dias 04 a 15 de Abril, uma missão virtual de acompanhamento dos trabalhos da UMF, onde foi apresentado e discutido a metodologia e o modelo utilizado na projecção macro fiscal para 2022-2024, bem como apresentação e análise do TOFE pela equipa da UMF.

Com vista a reforço de capacidade na identificação, análise e elaboração de relatório dos riscos fiscais, foi realizado por vídeo-conferência, entre os dias 14 a 18 de Março, um atelier de capacitação sobre os riscos fiscais aos membros da UMF, a fim de permitir a elaboração do relatório de riscos fiscais.

Este atelier, realizado com apoio da assistência técnica do AFRITAC Centro, permitiu a produção, ao longo de várias sessões de trabalho, de uma proposta de modelo de estrutura para o relatório de riscos fiscais. Igualmente, foi apresentada pela missão instruções básicas sobre a utilização da ferramenta para análise e avaliação de riscos fiscais (FRAT).

De modo a publicitar e socializar as informações produzidas pela UMF, bem como o seu quadro de funcionamento organizacional e operacional, enviou-se para publicação, no site do MPFEA, o relatório das projecções macro-fiscais de 2021-2023, o Manual de Projectão Macro fiscal e o Despacho nº 81/2019 que institui o Unidade Macro Fiscal.

Perspectivas

A próxima revisão e actualização das projecções macro-fiscais para o horizonte 2022-2025 ocorrerá em Agosto de 2022.

Espera-se concluir no 2º trimestre: i) a elaboração do relatório de riscos fiscais para apoiar a proposta de Orçamento de 2023; b) a realização de um atelier de disseminação do manual de previsão macro fiscal.

1.2.2.3 Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP)

Situação actual

No âmbito dos trabalhos desenvolvidos pela equipa técnica da UMF foram actualizadas as projecções macro-económicas para o período 2022-2024

1.2.2.4 Elaboração do documento da Estratégia Fiscal

Situação actual

Actividade não realizada.

Perspectivas

Esta actividade será desenvolvida no 2º e 3º trimestres e contará com o apoio da assistência técnica financiada pelo Banco Mundial.

QDMP Global

1.3.4 QDMP submetido e aprovado pelo Governo e pela AN

Situação actual

Actividade não realizada

Perspectivas

O QDMP global será elaborado e enviado ao Conselho de Ministros para aprovação, depois da finalização e actualização dos QDMP's sectoriais.

PO.2 Melhoria do processo da gestão e arrecadação da receita

O Programa operacional visa criar as condições para o aumento do nível de recursos internos, através da introdução de novos impostos e da melhoria dos processos de gestão da receita

Programa Operacional 2 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Mobilização de recursos reforçada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Aumento dos recursos internos	atraso menor
Produto 2	Cobrança dos impostos e taxas melhorada	atraso menor
Produto 3	Auditoria com base no risco	atraso menor

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Modelo de gestão com base em resultados

2.2.1 Actualização de um Plano Estratégico plurianual 2022-2024 para a Direcção dos Impostos (DI)

Situação actual

O Plano Estratégico plurianual 2022-2024 para a Direcção dos Impostos (DI) ainda não foi actualizado.

Perspectivas

Esta actividade será retomada durante o 3º trimestre deste ano.

2.1.6 Reorganização da DI - Revisão do estatuto orgânico

Situação actual

Foram realizadas várias sessões de trabalho entre a Direcção dos Impostos e o consultor do FMI designado para o efeito, tendo sido concluídos os trabalhos conducentes à elaboração da proposta da nova Orgânica da DI incorporando as alterações pertinentes à adaptação da DI aos desafios modernos.

Perspectivas

A proposta deverá ser revista em sessões de trabalho agendadas para o mês de Maio próximo para ser submetida ao Ministro da Tutela até aquela data.

2.1.7 Revisão e do estatuto orgânico da DGA

Situação actual

Considerando a necessidade da revisão do estatuto orgânico da Direcção-Geral das Alfândegas (DGA) ser um normativo que regula e orienta toda a actividade da administração aduaneira a ser revisto pela Direcção, é de todo que este instrumento jurídico seja mais abrangente possível através da audição de todos os funcionários, logo criou-se uma Comissão encarregue da revisão.

Igualmente, tendo em conta os desafios constantes que as Alfândegas vêm se defrontando, tais como a pandemia Covid-19, maximização da receita, questões transfronteiriças, meio ambiente, comércio electrónico, etc., decidiu-se alargar o prazo de conclusão da proposta de revisão para o 2º trimestre de 2022.

Perspectivas

Após a entrega da proposta de revisão do estatuto orgânico, esta será remetida aos assessores seniores da DGA, da área jurídica e da área de administração, para uma apreciação final que deverá estar concluída em Junho de 2022.

2.2.1 Plano de Implementação do IVA

Situação actual

Foi efectuado o levantamento de situações que requerem alterações/correções ao Código do IVA e a elaboração das respetivas propostas de alteração;

Durante o período, foi elaborado o pedido de autorização legislativa para proceder à pequenas correcções e alterações ao Código do IVA, que foi concedida em Março p.p.

Foram estabelecidos contactos com o Banco Mundial, com vista a consecução de financiamento para elaboração de um Manual do IVA, estando os termos de referência a ser elaborados pela DI

2.2.3 Aprovação e disseminação da alteração do Plano de Contas

Situação actual

Efectuou-se uma reunião entre Ordem dos Técnicos Oficiais de Conta e Auditoria (OTOCA) e a DI, para discutir o modo de introdução do IVA no Plano Oficial de Contas, tendo uma solução técnica sido consensualizada.

Perspectivas

Perspectiva-se submeter ao Ministro da Tutela, o Despacho para alteração do Plano Oficial de Contas.

2.2.4 Formação dos 25 funcionários seleccionados

Situação actual

Em Janeiro de 2022, os novos funcionários foram capacitados em matéria do IVA, tendo a formação sido ministrada pela Autoridade Tributária de Portugal. Foram igualmente ministradas, por funcionários séniores da DI, formações nas mais diversas áreas, desde o atendimento, passando pelo funcionamento geral da Direcção dos Impostos e sobre os diversos impostos por ela administrados.

Perspectivas

Perspectiva-se a realização de mais formações sobre o IVA e outros temas, com recurso ao financiamento do Banco Mundial e ao abrigo do RMTF (FMI), a serem ministradas pela Direcção Nacional de Receitas do Estado de Cabo Verde e pela Ordem de Contabilistas Certificados de Portugal (OCC).

2.2.5 Desenvolvimento e operacionalização do Sistema de Informação para a Gestão do IVA

Situação actual

Continuação dos trabalhos da NOSi de desenvolvimento do sistema de informação tributária do IVA (SIT-IVA), com entrega da primeira *release*, estando os trabalhos a decorrer conforme programado no cronograma de execução, e com os termos contratuais.

No que se refere às infraestruturas tecnológicas para acolher o SIT-IVA, a DITEI disponibilizou servidores para albergar o ambiente de teste da aplicação, tendo dado início à procura de soluções para assumir os ambientes de desenvolvimento e de produção do mesmo.

Perspectivas

Prevê-se a entrega da 2ª *release* no final do mês de Maio e a entrada em produção durante o mês de Agosto. Devendo nesse período estar concluída a discussão sobre como será albergado o ambiente de produção do SIT-IVA.

2.2.7 Aquisição de equipamento informático, de escritório e rolante

Situação actual

Durante o trimestre foi recebido uma das duas viaturas adquiridas e foi lançado o concurso a aquisição de 7 motorizadas (5+2) e para mais uma carrinha para os serviços situados na Ilha do Príncipe. Deu-se continuidade aos contactos com o Banco Mundial, através da AFAP, para aquisição de equipamento informático para os novos funcionários da DI.

Perspectivas

Perspectiva-se que o BM conclua os seus procedimentos e faça a entrega dos equipamentos informáticos no decorrer do segundo trimestre, bem como espera-se receber a 2ª viatura.

2.2.8 Formação

Situação actual

A DI solicitou à Banco Mundial, o financiamento para pagar a vinda de funcionários (estadia e perdiem) de técnicos da Direcção Nacional da Receita do Estado para efectuar uma formação *in-loco* sobre o IVA.

Perspectivas

Perspectiva-se solicitar apoio ao BM e ao FMI para promover a realização de formações nas mais diversas áreas como forma de capacitar os funcionários da DI para os desafios que se colocam às administrações fiscais modernas.

2.2.9 Comunicação

Situação actual

Ficou estabelecido entre a DI e o Banco Mundial que a materialização do Plano de Comunicação fica a cargo da DI, sendo que o BM financiará as despesas atinentes à essa materialização.

Perspectivas

A DI entregará os suportes da campanha de comunicação, produzidos internamente, devendo a reprodução dos suportes e a difusão serem financiados pelo Banco Mundial.

Melhoria da Gestão da Receita

2.3.1 Implementação do regime de facturação obrigatória (e-factura)

Situação actual

A comunicação de facturas ainda regista incumprimento significativo, no entanto a DI tem trabalhado as informações decorrentes do sistema para perseguir a fraude e a evasão fiscal, através do cruzamento de informações. Neste âmbito, estão a preparar o modelo de notificações aos contribuintes em dívida/atraso.

Perspectivas

Durante o 2º trimestre, emitirão as notificações aos contribuintes.

2.3.5 Upgrade do Sistema de Gestão dos Impostos

Situação actual

O assunto não conheceu desenvolvimentos no último trimestre. Há engajamento do BAD para financiar o sistema e os casos de uso já estão elaborados.

Perspectivas

Durante o 2º trimestre haverá uma decisão final sobre o financiamento pelo BAD, através do projecto ETISP, em curso ou no âmbito do futuro PAGEF II.

Auditoria Eficaz

2.6.1 Definição de critérios de Auditoria

Situação actual

A DGA reforçou as suas capacidades em auditoria pós-desalfandegamento, através da rotatividade do pessoal e com novas orientações baseados em critérios de riscos, e por outro lado, a reativação do Serviço de Auditoria Interna e igualmente foi finalizado o manual de auditoria interna que se encontra neste momento no Gabinete Jurídico do Ministério das Finanças.

A nível da DI, fizeram-se um conjunto de acções de auditoria, das quais se espera a conclusão dos relatórios.

Perspectivas

Espera-se a aprovação, no 2º trimestre do ano 2022, do Manual de Auditoria Interna da DGA, o que irá permitir uma melhor percepção dos conceitos de auditoria interna e a sua abrangência nos diferentes serviços aduaneiros em termos de procedimentos, legalidade e conformidade.

2.6.4 Manual de procedimentos

Situação actual

A DI, através de um técnico, iniciou os trabalhos de elaboração de um Manual de Procedimentos, par ao qual contará com o apoio da AT do FMI.

Volume de atrasados conhecidos e controlados

2.7.3 Desenvolvimento de procedimentos de controle

Situação actual

Foi solicitada e concedida uma autorização legislativa para aprovar medidas excepcionais de incentivo ao pagamento de dívidas em atraso, tendo sido e preparada e submetida uma proposta de Decreto-lei para o efeito

A nível das Alfândegas, apurou-se um montante de atrasados no valor total de 111.946.930 (Cento e Onze milhões Novecentos e Quarenta Seis mil e Novecentos e trinta dobras), cujo controlo é efectuado através do sistema e com seguimento do Serviço competente, sendo, mensalmente, realizados os pagamentos de regularização

Perspectivas

Prevê-se a aprovação do Decreto-Lei de cobrança dos atrasados no decurso do mês de Maio.

PO.3 - Melhoria da Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria

O Programa operacional tem como objetivo melhorar a gestão da dívida pública, de modo a garantir uma gestão eficiente desta, com custos mais baixos para serviço da dívida e minimizando os riscos fiscais, bem como a melhoria da gestão de tesouraria para assegurar um controlo eficaz das despesas.

Programa Operacional 3 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Gestão da Dívida Pública e da Tesouraria Melhorada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Instrumentos do quadro legal da dívida operacionais	Atraso
Produto 2	Gestão da dívida reforçada	Atraso menor
Produto 3	Gestão da tesouraria reforçada	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Modernização da Gestão da dívida pública

3.1.2 Melhoria da Governança Estratégica

3.1.1.2. Elaboração dos Planos Anuais de Endividamento Público

Situação actual

O Plano Anual de Endividamento público² vem sendo uma das prioridades em termos de política de gestão e seguimento da dívida pública adoptada pelo Governo são-tomense, e tem como principal objectivo a mobilização de recursos tanto interno como externo priorizando os empréstimos concessionais e/ou donativos. Estas fontes de financiamento devem, portanto, acarretar menor custo e risco para a carteira da dívida pública, adoptando as boas práticas para a boa gestão decorrente dos recursos da dívida.

² Plano Anual de Endividamento público 2022- OGE 2022 Promulgado e Publicado no site das Finanças, pág. 152/153

Por outro lado, visa também a renegociação das dívidas atrasadas de forma a permitir mobilizações de novas dívidas externas, privilegiando dívidas concessionais de horizontes temporais longos.

Perspectivas

O Governo está empenhado em seguir a Estratégia Nacional para a Gestão da Dívida Pública 2017-2019 actualizada, que visa suprir de forma eficiente as necessidades de financiamento e, adicionalmente, busca contribuir para o bom funcionamento do mercado nacional de títulos da dívida pública.

3.1.2 Melhoria das operações

3.1.2.1 Emissão e Gestão da dívida

Situação actual

O seguimento e o cumprimento do plano e calendário de emissões de dívida interna para 2022, neste último trimestre foram satisfatórias. No que concerne especificamente às emissões dos BT's, registou-se conforme calendarizada e publicada nos sites do Ministério das Finanças e do Banco Central, duas emissões referentes aos meses de Fevereiro e Março.

Quanto à amortização das dívidas com os credores internos, por se tratar de despesas de exercício findo, nesse caso, consideradas de acumulação de atrasados com os fornecedores, o Tesouro Público tem envidado esforços, em função das disponibilidades orçamentais, a fim de cumprir com o programado no plano de amortização das dívidas em questão.

Perspectivas

Durante o 2º e 3º trimestre, prevê-se a aprovação dos regulamentos que permitirão o funcionamento dos órgãos previstos pela lei da dívida, ou sejam, o Comité Nacional e o Comité Técnico.

3.1.3 Sistema de Informação para a Gestão da Dívida

3.1.3.21 Elaboração dos TdRs do sistema de informação e de Gestão da dívida

Deu-se continuidade aos trabalhos relativos à definição das funcionalidades necessárias para o controle da Dívida Interna, carregamento de diversas informações e dados económicos.

3.1.3.2 Desenvolvimento do sistema de Gestão da Dívida

Situação actual

Esta actividade não avançou durante o trimestre, dado o atraso na finalização da contratação do consultor/programador para a execução do projecto.

Perspectivas

Espera-se finalizar no 2º trimestre do ano 2022, a contratação do programador já se tenha ocorrido, para que no trimestre seguinte possa dar início aos trabalhos.

Tesouraria

3.2.1 Elaboração de um Manual de Procedimento para a DT

Situação actual

No período em referência, procedeu-se a démarches para efeitos de validação pelo Gabinete Jurídico, do Regime de Tesouraria que foi produzido em 2020, tendo sido objecto de várias alterações durante o ano 2021.

Perspectivas

Prevê-se a aprovação, pelo Governo, do novo Regime de Tesouraria durante o exercício de 2022.

3.2.1.4 Controlo das Contas da Administração Central

Situação actual

Em 2022, o controlo das contas bancárias em bancos comerciais continua a ser reforçado na sequência do trabalho efectuado no ano de 2020, tendo sido já encerradas contas bancárias inactivas, na sua maioria.

Perspectivas

Durante o próximo trimestre haverá a continuidade do reforço do controlo das contas bancárias e aguardar a decisão pelo Governo em relação as contas bancárias existentes, atendendo os pressupostos da CUT.

3.2.3 Gestão da Tesouraria

3.2.3.1 Manual de Procedimentos de Gestão da Tesouraria

Situação actual

Durante o ano, deu-se o início aos trabalhos conducentes a elaboração de um TDR, com o apoio da AFAP, com vista a selecção de um consultor para a elaboração do manual de procedimento de Gestão de Tesouraria.

Perspectivas

Prevê-se a realização de encontros e/ou reuniões entre a DT, Banco Mundial e a AFAP, para o início dos trabalhos conducentes a finalização dos TdR, com vista a selecção de um consultor para a elaboração do manual de procedimento de Gestão de Tesouraria.

3.2.3.3 Elaboração do modelo e sistema de Gestão de Tesouraria

Situação actual

Está em curso o processo referente a elaboração do TdR com vista a contratação de um consultor.

Perspectivas

Retoma da negociação no início do mês de Abril, sobre as questões relacionadas com o financiamento desta necessidade da DT junto AFAP/BM.

3.2.3.4 Ligação electrónica entre SAFE-e e BCSTP

Situação actual

Não houve qualquer evolução com relação a esta actividade.

Perspectivas

Aguarda-se o início do projeto do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) relativo à implementação do sistema “*Real-Time Gross Settlement*” - RTGS no BCSTP ou contratação de um consultor com apoio do Banco Mundial/AFAP de modo a desenvolver um software que possa fazer essa ligação com os sistemas que existem actualmente.

PO.4 - Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas

Este Programa operacional tem como objetivo criar as condições para a melhoria da governança estratégica e operacional das entidades extra-orçamentais e das empresas públicas.

Programa Operacional 4 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais e Empresas Públicas reforçada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Monitoria e Governança das Entidades Empresas Públicas melhorada	Atraso Substancial
Produto 2	Monitoria e Governança das Entidades Extra-orçamentais melhorada	Atraso Substancial

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Governança Reforçada das EP's

4.1.2 Reforma do quadro legal e institucional das EP's

Situação actual

Tendo em conta a desistência a consultora, deu-se início das discussões e/ou reuniões junto a AFAP/BM, sobre os mecanismos para reactivação desta AT à DT, bem como a contratação de novos serviços de consultoria.

Perspectivas

Espera-se finalizar as discussões com o BM sobre a modalidade de continuidade da consultoria. Igualmente, prevê-se a realização de uma formação sobre a Governanças das EP's a ser ministrada pela Assistência Técnica ao GARFIP.

4.1.3 Assistência Técnica à equipa de seguimento das EP's

Situação actual

Esta actividade não foi realizada devido a desistência da Assistência Técnica/consultora contratada pela AFAP. Entretanto, para além da AT que está sendo financiada através do Banco Mundial, foram encetados contactos pela DT junto ao Fundo Monetário Internacional, que manifestou disponibilidade para apoiar a DT com a partilha e a formação na utilização da ferramenta denominada *State-owned Enterprise Health-check* a fim avaliar a situação financeira das EP's e integrar com a avaliação de risco executada no âmbito do FRAT.

Perspectivas

Nos próximos 2 trimestres, espera-se proceder à contratação de novos serviços de consultoria ou AT já assegurado pelo Banco Mundial/AFAP, e partilha de conhecimentos/formação com consultores do FMI no âmbito de utilização da ferramenta denominada *State-owned Enterprise Health-check*.

4.1.5 Auditoria às Empresas Públicas

Situação actual

Não houve avanços, no 1º trimestre, relativamente à realização das auditorias às EP's (ENASA, EMAE, ENAPORT e CORREIOS) relativas aos anos de 2019 e 2020 estando a DT a aguardar os Relatórios e Contas respeitante ao último exercício económico de 2021.

Perspectivas

Espera-se receber os Relatórios e Contas das EP's, de modo a poder-se avaliar a performance destas, com base no conhecimento das melhores práticas/metodologias que poderão advir através da formação prevista com a AT do GARFIP e a contratação da nova AT.

Governança e Monitoria das Entidades Extra-Orçamentais

4.2.1 Formalizar a equipa responsável

Situação actual

Relativamente às entidades extra-orçamentais, Câmaras Distritais e serviços autónomos, importa referir que, existe a obrigação legal para que Entidades Extra-Orçamentais, prestarem as suas contas trimestrais e anuais, junto à Direcção da Contabilidade do MPFEA, que devem ser consolidadas nas Contas Gerais do Estado, sendo posteriormente submetidos ao Tribunal de Contas para efeitos de aprovação.

Perspectivas

Durante o 2º trimestre, prevê-se a formalização da equipa de monitorização da equipa.

PO.5 - Optimização da gestão do Investimento

O Programa operacional visa aumentar o *value for Money* dos investimentos públicos, através da criação da infraestrutura legal, operacional e tecnológica da Gestão do Investimento Público.

Programa Operacional 5 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Gestão do Investimento Público Melhorada

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistema de Investimento Público aprovado	Atraso
Produto 2	Seleção, orçamentação, e revisão independente da avaliação de projectos	Atraso
Produto 3	Gestão, execução e monitoria do investimento	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Quadro Institucional do sistema de Investimento público reforçado

5.1.2 Legislação sobre o Sistema Nacional do Investimento Público (SNIP) aprovada

Situação actual

A lei do Sistema Nacional de Investimentos Públicos, bem como o seu regulamento encontra-se no Gabinete do Ministro do Planeamento, Finanças e Economia Azul, para efeito de análise e submissão ao Conselho dos Ministros, desde 15 de março de 2022, e posterior aprovação pela Assembleia Nacional (AN).

Perspectivas

Espera que a lei seja aprovada antes do fim da legislatura, de modo que se possa efectivar os próximos passos para a criação do Sistema Nacional de Investimento Público.

5.1.2.2 Estatutos orgânicos dos Gabinetes de Estudo e Planeamento (GEP's) elaborados (RAP e Câmaras)

Situação actual

Esta actividade ainda não foi realizada.

Perspectivas

Para o segundo trimestre prevê-se encontros com os sectores para elaborar os TdR para contratação de um jurista para efeito.

Qualidade dos projetos de investimento melhorada

5.2.1 Metodologia Geral uniformizada/padrão para a formulação e avaliação de projetos

Situação actual

O Manual de Formulação e Avaliação de Projectos de Investimento Públicos foi elaborado e apropriado pela Direcção do Planeamento. Todavia, existe a necessidade da sua disseminação junto aos restantes sectores.

Perspectivas

Dar-se-á início nos próximos trimestres a acções de formação dirigidas aos técnicos dos sectores, para que possam apropriar-se da metodologia prevista no Manual.

5.2.1.1 Integração das Mudanças climáticas e Género na preparação e avaliação de Projetos

Situação actual

A Direcção do Planeamento dispõe de uma versão preliminar do Relatório de Avaliação de Riscos Climáticos ao Nível Local.

Perspectivas

No 3º trimestre ir-se-á avançar com a validação, conjuntamente com os técnicos sectoriais, do relatório preliminar.

5.2.2 Elaboração de 4 Metodologias Sectoriais complementares de elaboração e avaliação de projetos

Situação actual

As quatro metodologias foram submetidas para análise e comentários, pelos sectores respectivos, embora com resultados mitigados, tendo havido feedback apenas do sector da saúde.

Perspectivas

Espera-se que os sectores finalizem a validação das 4 metodologias, até ao fim do 3º trimestre.

5.2.3.1 Elaboração da Metodologia para a gestão e a priorização dos projetos

Situação actual

Durante o 1º trimestre, foi entregue, à Direcção do Planeamento, a matriz de priorização e gestão de projectos.

Perspectivas

Durante os próximos 2 trimestres, a Direcção do Planeamento irá analisar a pertinência da matriz, passando-se de seguida à discussão com os sectores.

5.2.3.2 4 Estimação dos parâmetros para avaliação dos projetos

Situação actual

Esta actividade não foi realizada.

Perspectivas

Esta actividade seria iniciada após a aprovação da lei SNIP.

5.2.4 Plano de reforço de capacidade na metodologia de investimento Público (PIM)

Situação actual

Embora, os técnicos da DP tenham beneficiado de uma formação no ano de 2021, existe a necessidade de se ter um plano de formação estruturado que abarque as necessidades de todos os sectores.

Perspectivas

Aguarda-se a submissão de um plano estruturado direccionado ao processo de implementação do SNIP.

Sistema de M&A funcional

5.3.3 Implementação de Sistema de Informação M&A

5.3.3.1 Sistema de informação para o seguimento dos ODS

Situação actual

A plataforma já está em funcionamento, estando-se neste momento em processo de carregamento de informação para a STP dados, que já está disponível para consulta online e através de um aplicativo móvel.

Perspectivas

A próxima fase será de finalização do carregamento da base com os indicadores socio-económicos, de divulgação da Base de Dados nos medias, bem como capacitar os técnicos das diferentes instituições do Estado, sobre a utilização da referida base de dados.

Alocação de Recursos otimizada

5.4.3 Priorização de projectos melhorada

5.4.3.1 e-SNIP criado

Situação actual

Está-se a mobilizar recursos para a contratação de um consultor para instalação do e-SNIP, e a capacitação dos técnicos.

Perspectivas

Submeter-se-á no próximo trimestre um pedido de financiamento junto à NDC *Partnership*.

Quadro Global da APD melhorado

5.5.1 Diagnóstico dos instrumentos e mecanismos da APD

Situação actual

O projecto QIR contratou o consultor que já alojou a base de dados na DITEI. Entretanto, questões financeiras não permitiram a continuidade dos trabalhos.

Perspectivas

Pretende-se proceder à capacitação dos técnicos para gerir e utilizar a base de dados, aquisição de equipamentos de escritório e informático, bem como uma viatura para deslocação a busca de informações.

PO.6 - Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria interna

O Programa operacional visa reforçar os sistemas de gestão financeira pública para a obtenção de uma maior disciplina e credibilidade orçamental, bem reforçando e tornando funcionais o quadro de controlos e auditoria internos.

Programa Operacional 6 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Execução orçamental, mecanismo de controlo e auditoria internos eficientes

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Sistemas de informação Financeira e aquisições eficientes e integrados	on-track
Produto 2	Controlos Internos reforçados	on-track
Produto 3	Qualidade da auditoria reforçada	on-track

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Melhoria do mecanismo de controlos internos

6.1.4 Capacitação dos DAF's e dos integrantes da cadeia da despesa

Situação actual

Esta acção ainda não foi realizada

Perspectivas

Perspectiva-se que, para este trimestre, com o financiamento do PRO-PALOP, poder-se-á realizar esta acção.

Controle de despesas salariais eficiente

6.2.2 Extensão do sistema de pagamento dos salários para a Administração Pública

Durante o período efetuaram-se testes de interligação entre o sistema de salários da DO e o sistema de Gestão dos Recursos Humanos (SRH) da Administração Pública que inclui um portal de acesso para as informações por parte do funcionário.

Perspectivas

Espera-se que, durante o 3º trimestre, poder-se-á interligar os dois sistemas.

6.2.3 Extensão do sistema de pagamento às DAF's ministeriais e ao Tribunal de Contas (para efeitos de visto)

Situação actual

Foram realizados os testes que foram bastante positivos.

Perspectivas

Depois dos testes realizados, aguarda-se que durante este trimestre e/ou no próximo, haja o engajamento superior e a disponibilização de recursos para a extensão do sistema às DAF's e ao Tribunal de Contas (TC).

Gestão do pessoal melhorada

6.3.7 Capacitação das estruturas

Situação actual

Embora exista um plano de formação da Inspeção-Geral de Finanças (IGF), elaborado pelo seu comité de formação contínua, durante o 1.º trimestre a IGF não beneficiou de nenhuma formação para capacitação do pessoal.

Perspectivas

Para o próximo trimestre espera-se que o plano de formação possa ser materializado.

Abrangência da auditoria interna alargada

6.6.4 Qualidade das auditorias internas melhorada

6.6.4.1 Reforço da capacidade em auditorias temáticas e de desempenho

Situação actual

Para o ano de 2022, foram planificadas 11 auditorias, estando em curso 5, sendo: 1 (uma) auditoria financeira, 2 (duas) auditorias de regularidade e 2 (duas) auditorias temáticas. Todavia, o facto da IGF não dispor de equipamentos informáticos para as equipas, diminui a sua capacidade de intervenção.

Perspectivas

Prevê-se concluir o programa de auditorias de 2022, com a disponibilização dos recursos em equipamento, a serem financiados pelo PRO-PALOP/TL. Concluir com as auditorias programadas para o ano 2022.

6.6.5 Desenvolvimento de um sistema de gestão das auditorias e seguimento de recomendações (IGF-TC)

6.6.5.3 Desenvolvimento do sistema

Situação actual

O sistema de gestão das auditorias e seguimentos das recomendações (SGR) encontra-se na sua fase final. Neste trimestre, a IGF está a proceder ao carregamento das recomendações dos relatórios dos últimos 3 (três) anos, 2021, 2020 e 2019.

Perspectivas

Prevê-se que a entrada em produção do SGR aconteça no 3º trimestre.

Sistema de Aquisições e Património melhorado

6.7.1 Quadro legal, procedimental e organizacional

6.7.1.1 Revisão e actualização da Lei das Licitações

6.7.1.2 Elaboração dos regulamentos de suporte à Lei

6.7.1.6 Actualização dos Estatutos do COSSIL

Situação actual

A proposta de Lei das Licitações Públicas, os Documentos de Licitação revisados e ajustados, bem como o Estatuto Orgânico do COSSIL e o Manual de Procedimento, foram encaminhados para Assembleia Nacional, que por sua vez, devolveu os diplomas tendo solicitado alterações/retificação de alguns pontos.

Perspectivas

Espera-se que o Governo analise as propostas de rectificação e que os referidos dispositivos sejam entregues o mais rapidamente possível à Assembleia Nacional, para efeitos de aprovação ainda durante esta legislatura

6.7.1.7 Plano Estratégico da Contratação Pública

Situação actual

Na sequência de comentários do Banco Mundial aos TdR, anteriormente submetidos à AFAP, o COSSIL efectuou melhorias aos TdR, tendo encaminhado o mesmo à AFAP. Todavia, não foi possível o lançamento do concurso.

Perspectivas

Espera-se iniciar o processo de selecção do consultor antes do fim do 3º trimestre de 2022.

6.7.1.8 Estratégia da Contratação Pública electrónica (e-procurement)

Situação actual

O consultor elaborou, durante o 1º de trimestre, uma proposta de modelo de negócios que será foi discutida com a comissão técnica

Perspectivas

Durante o mês de Abril efectuar-se-á um workshop para recolha de informação adicional, após o qual se submeterá a proposta de modelo de negócio ao Comité de Pilotagem para aprovação, esperando-se finalizar no primeiro semestre estratégia.

6.7.4 Desenvolvimento de um website de suporte ao COSSIL

Situação actual

O website do COSSIL está operacional, estando o consultor fazer pequenos ajustes para a sua utilização efectiva.

Perspectivas

Espera-se que, até ao início do 3º trimestre, o website possa estar “live” oficialmente e o COSSIL o possa vir a utilizar para divulgar o novo quadro legal e as suas actividades.

6.7.5 Sistema de Património melhorado

6.7.5.1 Elaboração dos TdR para o sistema de informação do Património

Situação Actual

O processo foi remetido à AFAP e neste momento aguarda-se a decisão do Banco Mundial.

6.7.5.2. Elaboração do Manual de Procedimentos da Direcção do Património

Situação Actual

Durante o trimestre o Manual foi enviado à Administração Pública para efeitos de publicação no Diário da República.

Perspectivas

Pretende-se efectuar acções de capacitação dirigidas a todos os exatores ministeriais.

Sistemas de informação funcionais

6.8.1 Melhoria dos sistemas de informação de suporte à execução orçamental

6.8.1.2 Validação do modelo de sistema de informação para a gestão orçamental

Situação Actual

Durante o trimestre não se decidiu qual das opções de upgrade do SAFE-e será implementada, estando em aberto as seguintes: (i) fazer o upgrade do SAFE-e, (ii) manter a base de dados e fazer o upgrade da camada aplicacional para um outro software, ou (iii) desenvolver um novo sistema de informação. Entretanto, de modo a resolver as questões em aberto, foi enviada uma proposta para o Banco Mundial, para financiar acções visando a manutenção e correcção dos erros no SAFE-e, e que ainda não teve resposta.

Perspectivas

Aguarda-se, durante o 2º trimestre, um posicionamento do Banco Mundial.

6.8.2 Reforço da capacidade em tecnologias de informação e em infraestruturas tecnológicas

6.8.2.3 Aquisição de equipamentos informáticos, de comunicação e de segurança

Situação Actual

O lançamento de concurso para aquisição equipamentos de refrigeração e banco de baterias não conheceu evoluções, prevendo-se a sua realização durante o próximo trimestre. Estando sem financiador a aquisição dos equipamentos de vídeo-vigilância em circuito fechado.

Perspectivas

Está em andamento o concurso para aquisição de uma viatura para DITEI, resolvendo o problema de deslocação para dar suporte informático aos ministérios, uma vez que a actual viatura já não garante condições para tal.

PO.7 - Contabilidade e Relato Financeiro (incluindo as prestações de Contas dos Governos Subnacionais)

O Programa operacional visa aumentar a *accountability* e a transparência da informação orçamental, através de um sistema adequado de contabilidade e relatórios, reforçando a transparência orçamental através de um melhor acesso do público aos principais elementos de informação orçamentais e aumentando a compreensão do orçamento por parte dos cidadãos.

Programa Operacional 7 - Objectivo e Produtos

Objectivo estratégico: Contabilidade e Relato Financeiro fiáveis

Produtos do Programa Operacional:

#	Produto	Status de execução
Produto 1	Cobertura e a qualidade dos relatórios financeiros acrescida	Atraso
Produto 2	Utilização de normas internacionais	Atraso
Produto 3	Informação financeira atempada	Atraso

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado algumas acções integradas nas componentes seguintes:

Melhoria da qualidade da informação produzida

7.2.1 Normas de Contabilidade modernizadas

7.2.1.2 Quadro de transição/adaptação para as IPSAS

Situação actual

Submeteu-se ao financiamento do PRO-PALOP/TL a contratação de uma AT para o desenvolvimento de um plano/roteiro para a implementação das IPSAS em STP.

Perspectivas

Perspectiva-se que a contratação possa ter lugar no 3º trimestre de 2022, permitindo ter um documento orientador para o efeito.

7.2.3 Passagem para o Manual de Estatísticas das Finanças Públicas 2014 (MEFP 2014)

7.2.3.2 Dados da Administração Local e Fundos de Serviços Autónomos

Situação actual

Não foi realizada actividade neste trimestre.

Perspectivas

Está programado, para o próximo trimestre, a realização de um seminário, nos dias 25 a 29 de Abril.

7.2.6 Relato financeiro infra-anual com o mesmo nível de detalhe do Orçamento

7.2.6.1 Definição do formato da informação.

Situação actual

Foram feitas definição e estruturação dos mapas e serão implementados no Relatório de Execução Trimestral de 1º Trimestre do ano 2022.

Perspectivas

Os novos mapas começarão a ser integrados, a partir do 2º trimestre de 2022 no quadro do relatório de Execução Orçamental de 1º trimestre.

Produção atempada de Relatórios

7.3.2 Recuperação do atraso na produção das CGE

Situação actual

Durante o 1º trimestre, a 30 de Março, a Conta Geral do Estado (CGE) relativa ao ano de 2020 foi entregue ao Tribunal de Contas.

Perspectivas

Perspectiva-se a entrega da CGE 2021, o mais tardar no final do presente ano, retomando-se assim a regularidade da produção das CGE's, enquanto instrumentos de prestação de contas do Governo.

PO.8 – Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa

O Programa operacional visa a melhoria da qualidade da auditoria externa, o reforço da capacidade da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças do Parlamento para a supervisão e escrutínio orçamental e o reforço da capacidade das Organizações da Sociedade Civil para a supervisão do orçamento, e para o diálogo e a participação nas questões relacionadas com a governação das finanças públicas.

Programa Operacional 8 - Objectivo e Produtos		
Objectivo estratégico: Escrutínio e auditoria externa efectivos		
Produtos do Programa Operacional:		
#	Produto	Status de Execução
Produto 1	Qualidade da auditoria externa ampliada	on-track
Produto 2	Seguimento das recomendações da auditoria externa reforçado	atraso
Produto 3	Escrutínio parlamentar efectivo	on-track

Durante o período, para a consecução dos produtos foi executado o conjunto de acções integradas nas componentes seguintes:

Qualidade e cobertura da auditoria externa reforçada

8.1.3 Reforço de capacidade dos auditores

8.1.3.2 Formação para auditorias técnicas/sectoriais/desempenho

Situação actual

Durante o trimestre realizou-se uma acção de capacitação, através da deslocação, a São Tomé e Príncipe, de um Juiz-Conselheiro do TC de Portugal, que trabalhou com os Juizes do TC e auditores.

Igualmente, 5 técnicos do TC participaram de uma formação na ferramenta SAI-PMF, através de troca de experiência com o TC de Cabo Verde.

Perspectivas

Prevê-se dar continuidade às acções de formação com o financiamento do PRO-PALOP/TL e a participação de técnicos do TC em equipas técnicas da AFROSAI.

Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais

8.2.2 Elaboração dos TdR's para o desenvolvimento do sistema de informação

Perspectivas

Em 2022, iniciar-se-á a execução do projecto visando i) a reformulação do sistema existente (contabilidade, gestão dos ofícios, registo de processos à entrada e registo da decisão) e ii) o desenvolvimento de módulos para a tramitação processual, vistos, gestão de bens patrimoniais, auditorias e Conta Geral do Estado.

Cobertura da auditoria aumentada

8.3.4 Adequação das estruturas e meios financeiros, humanos e materiais

Situação actual

Foi inaugurado, no mês de Março, a sala de Julgamento, a qual permitirá efectuar os julgamentos de responsabilização financeira.

Perspectivas

No 2º trimestre dar-se-á início a realização dos julgamentos, que até então estavam parados por falta de condições materiais

8.3.4 Parecer sobre as CGE's

Situação actual

O TC está a proceder à análise das CGE's de 2018 e 2019, trabalhos esses que, por motivo da realização das auditorias às despesas de combate à COVID-19, não puderam ser feitos em tempo hábil.

Perspectivas

Espera-se a finalização do parecer sobre a CGE de 2018, entre os meses de Abril e Maio e prevê-se a entrega do parecer à CGE de 2019 no 3º trimestre de 2022.

III. PARFIP II – Execução do Orçamento - T1 de 2022

Orçamento do PARFIPP II executado em 2022

A informação sobre a execução orçamental do T1-2022 ainda é limitada.

A informação financeira sobre a execução orçamental do T1-2022 continua sendo um desafio. A execução do orçamento do PARFIP II no 1º trimestre de 2022 sofre pelo facto de não se poder obter toda a informação dos parceiros de desenvolvimento (nem do Governo), algo sobre o qual se continuará a trabalhar durante o ano em curso. Pretende-se assim ter uma ideia aproximada dos valores implicados nos processos em cada acção de reformas.

O sistema de relato financeiro para as reformas não está implementado para poder capturar a execução orçamental do período, enquanto as dificuldades de colheita de informação sobre os financiamentos 2022 pelos parceiros não permite de preencher a parte das fontes do relatório financeiro das reformas:

FONTES E USOS		1º TRIMESTRE 2022				ANO 2022				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
I	Fontes												
1	Estado de STP	?	?	?	0%	389,581	389,581	?	0%	28,846,728	28,846,728	?	
2	Uniao Europeia				0%	250,000	6,125,000	?	0%	400,000	9,800,000	?	#####
3	Banco Mundial (AFAP)		-		0%	1,500,000	30,450,000	?	0%	3,320,731	67,410,847	16,386,343	24%
4	BAD				0%			?	0%	?		?	0%
5	Pro-Palop				0%	117,000	2,375,100	?	0%	239,381	5,864,832	?	?
6	PNUD				0%			?	0%	?		?	0%
Total Recursos		-	-	-	0%	Equ. Euros	39,339,681	-	0%	Equ. Euros	111,922,407	16,386,343	14.6%
						Equ. Euros	1,605,701	-		Equ. Euros	4,568,262	668,830	

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T1 2022

FONTES E USOS		1º TRIMESTRE 2022				ANO 2022				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
PO B.	Operacionalização do Dispositivo Institucional para a implementação das Reformas	181,000	4,434,500	-	0%	362,000	8,869,000	-	0%	564,400	13,827,800	212,496	2%
B.1.	Formalização e operacionalização da equipe nuclear do GARFIP	-	-	-	0%	-	-	-	0%	450,000	11,025,000	212,496	2%
B.2.	Melhoria do quadro jurídico	-	-	-	0%	-	-	-	0%	9,400	230,300	-	0%
B.3.	Estabelecimento da nova estrutura para a implementação das reformas	-	-	-	0%	-	-	-	0%	30,000	735,000	-	0%
B.4.	Formação para a implementação das reformas	175,000	4,287,500	-	0%	350,000	8,575,000	-	0%	50,000	1,225,000	-	0%
B.5.	Priorização dos programas e das actividades do PARFIP II	6,000	147,000	-	0%	12,000	294,000	-	0%	25,000	612,500	-	0%
PO 1.	Melhoria da qualidade do planeamento a médio prazo e orçamentação	24,440	598,780	N/D	0%	48,880	1,197,560	-	0%	349,378	8,559,761	-	0%
1.1.	Processo de elaboração do orçamento melhorado	21,940	537,530	-	-100%	43,880	1,075,060	-	0%	106,378	2,606,261	-	0%
1.2.	Previsões macro-fiscais sólidas	-	-	-	0%	-	-	-	0%	110,000	2,695,000	-	0%
1.3.	QDMP global	2,500	61,250	-	-100%	5,000	122,500	-	0%	133,000	3,258,500	-	0%
PO. 2	Melhoria da processo de arrecadação e gestão da receita	394,700	9,670,150	N/D	0%	789,400	19,340,300	-	0%	3,122,202	76,493,940	11,717,343	15%
2.1.	Modelo de gestão com base em resultados	88,700	2,173,150	-	-100%	177,400	4,346,300	-	0%	315,800	7,737,100	11,717,343	151%
2.2.	IVA	140,000	3,430,000	-	-100%	280,000	6,860,000	-	0%	1,671,402	40,949,340	-	0%
2.3.	Melhoria da gestão da receita	100,000	2,450,000	-	-100%	200,000	4,900,000	-	0%	420,000	10,290,000	-	0%
2.4.	Plano de Comunicação (Contribuinte Informado)	-	-	-	0%	-	-	-	0%	150,000	3,675,000	-	0%
2.5.	Gestão de risco operacional	30,000	735,000	-	-100%	60,000	1,470,000	-	0%	270,000	6,615,000	-	0%
2.6.	Auditoria eficaz	36,000	882,000	-	-100%	72,000	1,764,000	-	0%	132,000	3,234,000	-	0%
2.7.	Volume de atrasados conhecidos e controlados	-	-	-	0%	-	-	-	0%	163,000	3,993,500	-	0%
PO 3.	Melhoria da gestão da dívida pública e tesouraria	221,240	5,420,380	N/D	0%	442,480	10,840,760	-	0%	785,093	19,234,775	-	0%
3.1.	Modernização da gestão da dívida pública (externa e interna)	145,800	3,572,100	-	-100%	291,600	7,144,200	-	0%	590,283	14,461,930	-	0%
3.2	Tesouraria	75,440	1,848,280	-	-100%	150,880	3,696,560	-	0%	194,810	4,772,845	-	0%
PO 4.	Elaboração dos mecanismos de monitoria e de Governança das	179,750	4,403,875	N/D	0%	399,500	9,787,750	-	0%	1,925,121	47,165,468	4,672,857	10%
4.1.	Governança Reforçada nas EP's	159,750	3,913,875	-	-100%	319,500	7,827,750	-	0%	1,581,821	38,754,618	4,672,857	12%
4.2.	Governança e Monitoria das entidades extra-orçamentais	-	-	-	0%	-	-	-	0%	39,050	956,725	-	0%
4.3.	Sistema de controlo interno funcional	20,000	490,000	-	-100%	80,000	1,960,000	-	0%	235,250	5,763,625	-	0%
4.4.	Auditoria interna eficaz	-	-	-	0%	-	-	-	0%	69,000	1,690,500	-	0%

PARFIP II: Relatório Trimestral das Reformas – T1 2022

FONTES E USOS		1º TRIMESTRE 2022				ANO 2022				TOTAL 2020-2023			
		Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Var. (%)	Previsto		Executado	Progr. (%)
		Moeda de origem	STN			Moeda (euros)	STN			Moeda de origem	STN		
PO 5.	Optimização da gestão do Investimento Público	43,375	1,062,688	N/D	0%	173,500	4,250,750	-	0%	563,200	13,798,400	-	0%
5.1.	Quadro Institucional do sistema de planeamento reforçado	23,250	569,625		-100%	93,000	2,278,500		0%	121,000	2,964,500		0%
5.3.	Sistema de M&A funcional	3,500	85,750		-100%	14,000	343,000		0%	362,200	8,873,900		0%
5.4.	Alocação de recursos otimizada	14,125	346,063		-100%	56,500	1,384,250		0%	70,000	1,715,000		0%
5.5.	Quadro global de APD elaborado	2,500	61,250		-100%	10,000	245,000		0%	10,000	245,000		0%
PO 6.	Melhoria da execução orçamental e Alargamento da abrangência dos controlos internos e da auditoria internos)	90,335	2,213,208	N/D	0%	361,340	8,852,830	-	0%	1,452,103	35,576,534	-	0%
6.1.	Melhoria do mecanismo de controlos internos	-	-		0%	-	-		0%	40,000	980,000		0%
6.3.	Gestão do pessoal melhorada	-	-		0%	-	-		0%				
6.5.	Sistema de informação da administração pública funcional	-	-		0%	-	-		0%	189,500	4,642,750		0%
6.6.	Abrangência da auditoria interna alargada	16,148	395,614		-100%	64,590	1,582,455		0%	127,090	3,113,705		0%
6.7.	Sistema de Aquisições e Património melhorado	34,188	837,594		-100%	136,750	3,350,375		0%	510,513	12,507,579	-	0%
6.8.	Sistemas de informação funcionais	40,000	980,000		-100%	160,000	3,920,000		0%	585,000	14,332,500		0%
PO 7.	Contabilidade e do Relato Financeiro (incluindo as prestações de contas dos Governos Sub-nacionais)	35,263	863,931	N/D	0%	141,050	3,455,725	-	0%	149,810	3,670,345	-	0%
7.1	Melhoria da informação e aumento da cobertura do SAFE-e	8,888	217,744		-100%	35,550	870,975		0%	35,550	870,975		
7.2.	Melhoria da qualidade da informação produzida	14,500	355,250		-100%	58,000	1,421,000		0%	51,760	1,268,120	-	0%
7.3	Produção atempada de relatórios	11,875	290,938		-100%	47,500	1,163,750		0%	62,500	1,531,250		
PO 8.	Reforço do escrutínio Parlamentar e da auditoria externa	37,084	908,546	N/D	0%	148,334	3,634,183	-	0%	937,870	22,977,815	-	0%
8.1.	Qualidade da auditoria externa reforçada	12,834	314,421		-100%	51,334	1,257,683		0%	334,918	8,205,491		
8.2.	Sistemas de informação de suporte da auditoria externa funcionais	3,000	73,500		-100%	12,000	294,000		0%	235,956	5,780,922		
8.3.	Cobertura da auditoria aumentada	7,500	183,750			30,000	735,000						
8.4	Capacidade de escrutínio da AN reforçada	10,000	245,000		-100%	40,000	980,000		0%	144,246	3,534,027		
8.5	Escrutinio das OSC's funcional	3,750	91,875		-100%	15,000	367,500		0%	222,750	5,457,375		
Total Aplicado no PARFIP II		1,207,186	29,576,057		-100%	2,866,484	70,228,858	-	0%	241,304,838	16,602,696	7%	
										(aprox.)	9,849,177	Euros	

Nota bene: O valor total das reformas em Dobras é aproximativo, devido às várias taxas de câmbio utilizadas para a conversão.

IV. Próximos passos:

Os próximos passos para a melhoria da GFP depende da implementação dos seguintes:

1. Avaliar a qualidade das versões preliminares das metodologias simplificadas para avaliação económica e financeira dos projectos de investimento;
2. Finalizar os TdR's preliminares para o sistema de informação do património;
3. Iniciar o processo de definição de um plano de introdução das IPSAS;
4. Avaliar a adequação do quadro institucional para a gestão do Sistema de Gestão dos Recursos Humanos;
5. Iniciar o processo de actualização da lei SAFE;
6. Decidir qual a opção de desenvolvimento para o SAFE-e, validação definitiva do Ministro PFEA e desenvolvimento de uma "feuille de route";
7. Iniciar a integração das dimensões do género e das mudanças climáticas nas Finanças Publicas.
8. Implementar as recomendações apresentadas na continuação.

Principais Recomendações

1. Continuar com a extensão do Piloto com a DO, suportando acções de reformas inteligentes e com ganhos rápidos, para outras áreas e Direcções do Governo relacionadas com a GFP;
2. Nomear um contabilista para a equipa do GARFIP, para elaborar o plano de contas, a contabilidade e os relatórios financeiros das reformas da GFP;
3. Nomear um jurista na equipa do GARFIP, para assegurar a qualidade das novas leis, circulares, despachos, manuais na área da GFP e acompanhar todo o processo legislativo da reforma da GFP;
4. Dar início ao processo formal de revisão da Lei SAFE e da legislação atinente, com o apoio da AT ao GARFIP, a fim de assegurar a melhoria da qualidade da GFP no País, como medida pelo quadro metodológico do PEFA;
5. Apoiar a DT na análise e a emissão de recomendações sobre i) o Relatório de avaliação e estado de funcionamento das Empresas Públicas (EP's) e ii) a Proposta de revisão do quadro legal das EP's;

6. Criar, no quadro da DT, um mecanismo de acompanhamento do status de implementação das recomendações constantes dos relatórios de auditoria efectuados às contas das EP's;
7. Utilizar a Instância de Diálogo como um instrumento estratégico para a:
 - a. harmonização dos financiamentos dos parceiros externos e a sua concentração para a obtenção de resultados que melhorarem directamente os indicadores PEFA;
 - b. captação da informação financeira sobre a utilização dos fundos por actividade-trimestre e ano;
 - c. identificação atempada dos financiamentos previstos para os anos orçamentais N+1-2-3, visando a melhoria da informação das propostas orçamentais do OGE e para a elaboração dos Planos de Actividade e Orçamentos do PARFIP II.

_____ //